

# **MATERNIDADE E TRABALHO FEMININO A PARTIR DO JORNAL MULHERIO (1981-1988)**

Alice da Silva Carvalho\*  
Dra. Laura Lene Lima Brandão\*\*

## **RESUMO**

Este trabalho busca refletir questões sobre maternidade e trabalho feminino, entre os anos de 1981 e 1988, a partir do jornal Mulherio, periódico feminista produzido por mulheres ligadas à Fundação Carlos Chagas. A pesquisa, que centrou sua análise em temas como a crítica feminista à dupla jornada de trabalho e a luta pelo direito à creche, ajuda a compreender como as políticas empreendidas pela Ditadura Empresarial-Militar e as questões patriarcais inerentes àqueles anos impactaram a vida cotidiana de muitas mulheres, em destaque as mulheres trabalhadoras. O intuito é trazer uma abordagem multifacetada das experiências das mulheres enquanto mães e trabalhadoras reconhecendo a diversidade de vivências e os múltiplos papéis desempenhados por elas, sob um regime autoritário e patriarcal (Saffioti, 1976). Como fonte utilizou-se o jornal Mulherio produzido na década de 1980, idealizado por pesquisadoras e jornalistas como Fúlia Rosemberg e Adélia Borges, da Fundação Carlos Chagas, e envolvidas com o estudo da condição feminina no Brasil. Esse jornal sistematizava informações sobre diversos temas relativos aos direitos das mulheres como, saúde, trabalho, cultura e política. A metodologia empregada foi a identificação e análise de bibliografias sobre o tema objeto desse estudo, bem como a análise do jornal no recorte citado, em articulação com a bibliografia pertinente ao tema. Este estudo baseia-se nos referenciais teóricos de Scott (1995), Judith Butler (2018), Perrot (2005), Rago (2012) e Lucca (2008).

**Palavras-chave:** Gênero; História; Maternidade; Trabalho Feminino.

## **ABSTRACT**

I intend to discuss important issues about motherhood and female work, limiting myself between the decades of 1981 and 1988, in the context of the current political regime in Brazil called Military Dictatorship. Discussing issues about work and motherhood in this context helps to understand how the regime's policies impacted the daily lives of this specific group of women. My intention is to bring a multifaceted approach to women's experiences as mothers and workers, recognizing the diversity of

---

\*Graduanda em Licenciatura de História da UESPI, Campus Josefina Demes.  
alicecarvalho@aluno.uespi.br

\*\*Professora adjunta do curso de Licenciatura em História da UESPI Campus Josefina Demes.  
laurallbrandao@frn.uespi.br

experiences and the multiple roles they play, even under an authoritarian and patriarchal regime. I will use as a source the Jornal Mulher from the 80s, created by researchers and journalists (Fúlvia Rosemberg and Adélia Borges) from the Carlos Chagas Foundation involved with the study of the female condition in Brazil, they were concerned with systematizing information on various topics relating to women's rights. women in Brazil and around the world, health, work, culture and politics.

**Keywords:** Gender; History; Motherhood; Female Work

## 1 INTRODUÇÃO

A história das mulheres é marcada por uma cultura patriarcal que coloca os homens como grupo dominante e as mulheres em uma posição subalternizada e silenciada. Ao longo da história, foram atribuídas às mulheres características naturalizadas, como a maternidade e os cuidados do lar, o que resultou na responsabilização quase exclusiva pelo trabalho doméstico e pela educação dos filhos. Joan Scott afirma que (1995, p. 18) “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos [...], é uma forma primeira de significar as relações de poder”.

Judith Butler (2018, p. 54) também afirma que “o gênero é um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”. A autora defende, portanto, que a ideia de natureza feminina é, na realidade, uma construção histórica que sustenta a desigualdade das relações de gênero.

Michelle Perrot, no livro “As Mulheres ou os Silêncios da História” (2005, p. 9), afirma:

Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas, e no que se refere ao passado, um oceano de silêncios ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais da História este relato que, por muito tempo, “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento.

As discussões das autoras Joan Scott, Margareth Rago, Judith Butler e Michelle Perrot, são fundamentais para entender as desigualdades de gênero, e aplicado a esse estudo, ajudaram na compreensão acerca da maternidade e do trabalho

feminino. Scott (1990) propõe o gênero como categoria de análise, revelando o patriarcado como estrutura que naturaliza a subordinação feminina. Rago (2012), critica a visão historiográfica que reduziu as trabalhadoras a figuras passivas, destacando nelas sujeitas de resistência. Já Perrot (2005) chama atenção para os “silêncios da história”, marcados pelo apagamento das experiências femininas ligadas ao espaço doméstico.

A partir das autoras acima citadas é possível compreender que a lógica patriarcal construiu mecanismos de subordinação e silenciamento das mulheres ao longo da história, associando-as quase exclusivamente à maternidade e ao espaço doméstico. Essa naturalização, ao mesmo tempo que legitima a dominação masculina, retirava as mulheres da condição de sujeitos históricos. No entanto, ao analisar o jornal *Mulherio* (1981-1988), é possível perceber um movimento de ruptura com essa lógica, pois o periódico buscou dar voz às experiências femininas, denunciando a exploração da dupla jornada, reivindicando creches e questionando o ideal da mãe abnegada. Elisabeth Badinter chama atenção para o fato de que historicamente as mulheres foram associadas a um instinto sublime maternal, que segundo ela “consistia o verdadeiro destino das mulheres, a condição de sua felicidade, de seu poder e da promessa da regeneração do mundo tão maltratado pelos homens”. (Badinter, 2011, p.50). A sociedade impôs uma visão romântica da maternidade, como se fosse uma necessidade biológica, algo que toda mulher deveria desejar naturalmente.

Considerando esses debates, este artigo aborda assuntos como maternidade e trabalho feminino, e é resultado de indagações desde o início da minha Graduação em História e das minhas experiências pessoais enquanto mulher, mãe, trabalhadora e estudante, relacionadas às complexidades das vivências das mulheres enquanto mães e trabalhadoras. Ele traz à tona a discussão a respeito do trabalho invisível executado pela mulher no espaço doméstico, os desafios e dificuldades de conciliar trabalho formal, e maternidade, temas amplamente abordados no jornal *Mulherio*, fonte dessa pesquisa.

Essa pesquisa tem como objetivo contribuir para o debate acadêmico sobre a história das mulheres no Brasil, bem como para as discussões contemporâneas acerca da igualdade de gênero e políticas públicas. Além de refletir sobre os impactos sociais das políticas do regime militar sobre as mulheres em questão, e analisar

grupos específicos de mulheres (mães, donas de casa, trabalhadoras) como sujeitos sociais, políticos, participativos e ativos na história.

A proposta do artigo é mostrar como as mulheres sujeitas dessa pesquisa sofriam diferentes formas de opressão relacionadas ao trabalho, e ao desempenho concomitante da maternidade, quadro esse que passou por poucas alterações nos últimos anos, como explica Margareth Rago (2012, p. 485):

[...] até recentemente, falar das trabalhadoras urbanas no Brasil significa retratar um mundo de opressão e exploração demasiada, em que elas apreciam como figuras vitimizadas e sem nenhuma forma de resistência. Sem rosto, sem corpo, a operária foi transformada numa figura passiva, sem expressão política nem contorno pessoal.

A análise de Margareth Rago evidencia como a historiografia tradicional construiu uma representação das trabalhadoras urbanas marcada pela vitimização e pela passividade, negando-lhes protagonismo político e social. Essa perspectiva reforça o silenciamento das experiências femininas, reduzindo-as a meras vítimas da exploração capitalista e patriarcal, sem considerar suas formas de resistência e agência.

O jornal *Mulherio* surge, nesse sentido, como contraponto a essa visão, pois ao dar visibilidade às demandas de operárias, donas de casa e mães trabalhadoras, revela que essas mulheres não estavam apenas submetidas às condições de opressão, mas também organizadas, reivindicando direitos e denunciando as desigualdades.

Utilizamos fontes hemerográficas para realizar essa pesquisa. Segundo Luca (2008, p.111) “Na década de 1970, ainda era relativamente pequeno o número de trabalhos que se valia de jornais e revista como fonte para o conhecimento de história no Brasil”. Entretanto, atualmente o jornal é uma das principais fontes utilizadas pelos historiadores, pois trazem consigo os debates e questões principais de um determinado período histórico. Luca (2008, p.139-140) ainda explica que ao pesquisar em jornais, os historiadores:

Trabalham com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento. [...] A imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o

público. O historiador, de sua parte, problematiza a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento.

Dessa forma, ao analisar o jornal *Mulherio*, não buscamos apenas fatos, mas também os significados que sujeitas ligadas ao movimento feminista atribuíram às experiências de maternidade e trabalho. A imprensa, como lembra Luca, não reflete a realidade de modo neutro, mas seleciona e interpreta acontecimentos, o que torna o *Mulherio* um espaço privilegiado para compreender as disputas e vozes femininas nos anos 1980.

Jornal *O Mulherio* foi produção feminista que circulou no Brasil entre os anos de 1981 e 1988 idealizado por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas envolvidas com o estudo da condição feminina no Brasil. Esse jornal foi escolhido como fonte de pesquisa porque ajuda na compreensão dos debates acerca da condição feminina naqueles anos, em especial no que se refere ao mercado de trabalho. Tânia de Luca (2008, p.142) nos sugere como esse tipo de fonte deve ser trabalhada, mas deixa claro que não há uma receita pronta a ser aplicada:

Encontrar as fontes e construir uma longa representativa série; localizar a (as) publicação (ções) na história da imprensa. Atentar para as características de ordem material (periodicidade, impressão; papel, uso / ausência de iconografia e de publicidade). Assenhorrar – se de forma de organização interna do conteúdo. Caracterizar o material iconográfico presente, atentando para as opções estéticas e funções comprimidas por ele na publicação. Caracterizar o grupo responsável pela publicação. Identificar os principais colaboradores. Identificar as fontes de receita. Analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida.

Sendo assim, as orientações de Luca ajudam a perceber o *Mulherio* não apenas como um repositório de textos, mas como um produto cultural inserido em um contexto específico da imprensa feminista brasileira. Analisar o *Mulherio*, portanto, significa compreender suas escolhas editoriais, os debates que priorizou os sujeitos sociais que buscou representar, inserindo-o no cenário mais amplo das lutas feministas.

O recorte temporal dessa pesquisa (1981-1988) se insere no contexto de transição política brasileira, período em que o país caminhava rumo à redemocratização que se inicia com a revogação dos Atos Institucionais, em 1979, de acordo com Daniel Aarão Reis (2014). Exatamente neste período em que se

intensificaram expectativas de mudanças políticas, sociais e culturais principalmente para as mulheres, após mais de duas décadas de regime autoritário.

O Mulherio, fonte principal desse trabalho, surge em 1981 em São Paulo (SP), quando o Brasil ainda vivia o período da Ditadura Empresarial Militar. Neste período, o feminismo ganha força e aparece como um canal de expressão da força e das vozes das mulheres, que há muito tempo se encontravam silenciadas pelo modelo de governo que vigorava naqueles anos (Amélia, 2015).

Tratava-se de um momento em que se projetava a ampliação dos direitos de cidadania e a consolidação de garantias sociais, no qual também emergia a questão de como tais transformações implicaram sobre a vida das mulheres, especialmente no que se refere ao trabalho, à remuneração e a equidade social. É relevante notar que a atuação das mulheres não se inicia com a abertura política da década de 1980, mas encontra nesse período um contexto de efervescência. São anos de esperança na redemocratização e no retorno do Estado democrático de direito ao país que poderia incluir conquistas para as mulheres.

Este trabalho, portanto, se insere no campo geral dos estudos históricos sobre as mulheres. A realização desse trabalho permite avançar para além das meras descrições e apresentações da temática. Ao invés disso, propomos a análise dessa realidade histórica acima apresentada, localizando-as na conjuntura política de transição democrática no país.

Inicialmente, as pesquisadoras pretendiam criar um boletim que fizesse intercâmbio entre elas voltado ao tema das mulheres, respondendo uma necessidade fundamental: “por falta de informações, quem trabalhava em São Paulo, não sabia o que se fazia no Rio, por exemplo”, (Mulherio, 1981, p.1). Seu nome Mulherio, foi escolhido justamente por representar “uma grande porção de mulheres para expor e debater seus problemas de maneira séria e consequente, mas não mal-humorada, sisuda ou dogmática”. (Mulherio, 1981, p.1)

O Jornal, formado por mulheres acadêmicas e jornalistas, visava pautas que as beneficiassem diretamente. Possuía um caráter não só informativo e de trocas de experiências entre as mulheres, mas, de necessidade de um canal com resultados de pesquisas sólidas, uma vez que as informações da imprensa sobre a mulher naquele período, ainda eram em geral, superficiais, esparsas e estigmatizadas, como nos mostra o seguinte trecho da matéria do referido jornal:

Falta justamente um veículo que se dedique de forma sistemática, aprofundada e abrangente a todos os problemas que afetam a mulher brasileira, e que, pela reunião periódica de informações obtidas de fontes fidedignas, possa servir de orientação e manancial informativo para os que focalizam tais assuntos nos meios de comunicação. (Mulherio, março-abril, 1981, n.0, p. 1)

O periódico contou ao todo com 42 edições, e em 1988 teve suas publicações encerradas, ele contou com financiamento da Fundação Carlos Chagas e da Fundação Ford. O *Mulherio* surge nesse momento político como uma voz crítica e necessária, em suas 42 edições discutindo os mais diversos temas que atravessavam a questão da mulher, silenciados pela grande imprensa, como aborto, racismo, sexualidade, saúde da mulher, trabalho doméstico, maternidade, cuidados com os filhos, divisão sexual do trabalho, creche e licença maternidade, temas que serão abordados ao longo desse artigo.

Este trabalho é dividido em três sessões, a primeira sessão é discutida a divisão sexual do trabalho que delega atribuições sociais relativas ao cuidado do lar às mulheres. Na segunda sessão são analisados os múltiplos papéis desenvolvidos pelas mulheres e as consequências da dupla jornada de trabalho. Na terceira e última sessão são analisadas as lutas feministas e a conquista de políticas públicas que favorecem as mulheres mães e trabalhadoras.

## **2 “ESTA DIVISÃO RÍGIDA DE PAPÉIS SEXUAIS COMEÇA A GERAR INSATISFAÇÕES E RESISTÊNCIA”: A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM PERSPECTIVA CRÍTICA.**

A divisão sexual do trabalho refere-se a uma concepção ampliada de trabalho, que engloba tanto o trabalho profissional quanto o doméstico, formal e informal, remunerado e não-remunerado, como destaca Helena Hirata (2009). Entender esse conceito é fundamental para compreender as relações sociais de gênero, principalmente no que diz respeito às desigualdades vividas pelas mulheres no campo do trabalho.

Historicamente, esse conceito se refere à separação entre o trabalho produtivo, associado ao espaço público e tradicionalmente destinado aos homens, e o trabalho reprodutivo, ligado ao cuidado, à manutenção da vida no espaço doméstico, atribuído às mulheres decorrente de sua capacidade de ser mãe. Conforme Safiotti

(1987, p. 9) "a mulher é socialmente responsável pela manutenção da ordem na residência e pela criação educação dos filhos", visão essa que ainda permanece naturalizada acerca das mulheres.

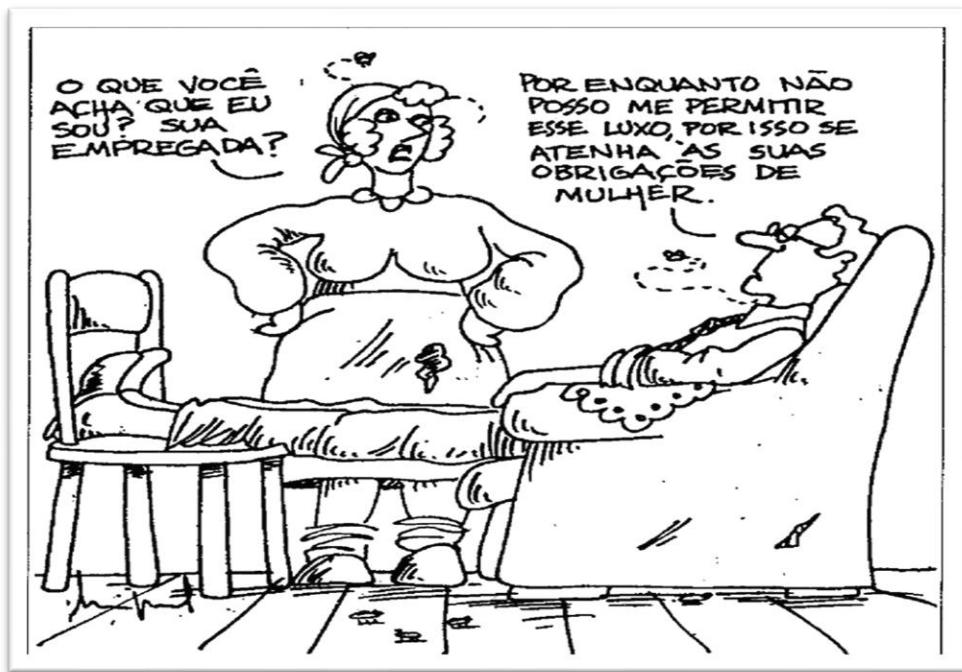
No segundo número do jornal *Mulherio*, de maio/junho de 1981, já se nota uma profunda reflexão sobre a divisão sexual do trabalho no âmbito familiar. Carmen Barroso, coordenadora do jornal, destaca que, apesar das mudanças históricas nas relações de produção e nos arranjos familiares, "o cuidado com as crianças permaneceu uma tarefa quase exclusivamente de mulheres, embora nem sempre das mães biológicas" (*Mulherio*, 1981, p. 8). Ela complementa:

Atualmente, esta divisão rígida de papéis sexuais começa a gerar insatisfações e resistência. Os conflitos se exacerbaram tanto para a mulher que trabalha fora como para a mãe de tempo integral. Para as crianças é igualmente difícil uma situação onde o amor é um "recurso escasso controlado por uma única pessoa". Para os homens submetidos ao trabalho alienado, a falta de convivência com as crianças começa a ser percebida como a privação de uma das poucas experiências pessoais profundas, permitidas por esta sociedade. (*Mulherio*, ano 1, 1981, p. 8).

As pesquisadoras denunciavam no jornal *Mulherio* como as atividades domésticas eram vistas como uma obrigação natural das mulheres e por isso não eram reconhecidas como trabalho legítimo, mesmo exigindo tempo, esforço e sendo essenciais para a sociedade. A análise apresentada no periódico evidencia que essa divisão não é apenas funcional ou prática, mas profundamente ideológica, associando o feminino às relações afetivas e ao cuidado, perpetuando um modelo herdado de divisão de papéis.

Como exemplo visual, na imagem 1, publicada na edição 3 do jornal, de 1981, o debate crítico sobre a divisão de papéis domésticos também é apresentado:

Imagen 1 – Obrigações de mulher



**Fonte:** Mulherio, 1981, n° 3, p. 8

A charge ilustra de forma crítica a lógica da divisão sexual do trabalho que marcava as relações de gênero no período. Nela, a personagem feminina, sobrecarregada pelas tarefas domésticas, questiona sua condição de “empregada” dentro do lar, ao que o marido responde que tais atividades são “obrigações de mulher”. A cena revela como o trabalho doméstico era naturalizado e desvalorizado, considerado parte do papel social feminino e, portanto, não reconhecido como trabalho. Essa concepção dialoga com a análise de Heleith Saffioti, para quem “o trabalho doméstico é, sem dúvida, trabalho alienado” (SAFFIOTI, 1967, p. 205). Apenas quando fosse realizado por uma empregada remunerada é que passava a ser entendido como tal. Ao publicar a charge, o Mulherio reforçava a crítica feminista à invisibilidade do trabalho doméstico e a ideia de que caberia exclusivamente à mulher a responsabilidade pelo espaço privado.

A matéria “Repousa, leoa”, publicada em 1982, apresenta de forma crítica o debate em torno de projetos de lei que propunham conceder aposentadoria às donas de casa, como mostra o trecho abaixo:

Há dois anos tramita na Câmara Federal um projeto de lei de autoria do deputado João Pacheco e Chaves (PMDB- SP), que dá às donas-de-casa o direito de se inscreverem na Previdência Social como qualquer outro trabalhador. Para receber os “benefícios” da

Previdência (um atendimento médico precário, como todos nós conhecemos, e posteriormente aposentadoria), a dona-de-casa deve contribuir mensalmente para o INPS, recolhendo 16% do montante de um salário que ela mesma fixará, dentro da faixa de um a cinco salários-mínimos. O projeto não obriga a filiação, deixando-a a critério da própria dona-de-casa, que é definida como toda pessoa de sexo feminino que não exerça qualquer atividade remunerada fora do lar. (Mulherio, 1982, p.6)

À primeira vista, a proposta parecia representar um avanço em termos de reconhecimento do trabalho doméstico. No entanto, o texto assinado por Wanda Nestlehnner, problematiza a medida, por considerar que ela poderia reforçar a naturalização da função doméstica como um destino feminino, legitimando a permanência das mulheres na esfera privada, uma vez que, para receber os “benefícios” da Previdência, a dona-de-casa não poderia exercer atividade remunerada, como se observa no trecho da proposta: “dona-de-casa, [...] que não exerça qualquer atividade remunerada fora do lar.” (Mulherio, 1982).

O Mulherio, nesse sentido, antecipa um debate que ainda é atual: como valorizar o trabalho doméstico sem reafirmar sua divisão desigual entre homens e mulheres. Ao problematizar a proposta de aposentadoria, o jornal aponta que o verdadeiro avanço estaria na redistribuição das tarefas e na partilha da responsabilidade doméstica, e não na institucionalização de uma “profissão” feminina subordinada, como se lê no trecho da mesma matéria:

“a atividade doméstica deve ser dividida igualmente entre homens e mulheres, ao mesmo tempo em que pressionamos o Estado para socializar algumas tarefas domésticas, como a criação dos restaurantes coletivos e a multiplicação das creches públicas.” (Mulherio, 1982, p.6).

Abaixo, a imagem 2 mostra a charge que acompanha a mesma matéria do jornal, reforça a ironia do título “Repousa, leoa”, ao representar o marido palitando os dentes após o almoço, enquanto a mulher acumula tarefas e ainda é interpelada sobre “ajudar na casa”, como observa-se na charge:

Imagen 2 – Ajudar na casa



**Fonte:** Mulherio, 1982, nº10, p. 6

O humor visual e textual evidencia a contradição central: a mulher é exaltada como “rainha do lar”, mas continua presa a uma rotina exaustiva e desigual. Dessa forma, o *Mulherio* não rejeita o reconhecimento do trabalho doméstico, mas propõe um olhar crítico sobre políticas que, em nome de “proteger” as mulheres, acabam perpetuando a naturalização de papéis tradicionais. A matéria contribuiu, portanto, para o projeto feminista de repensar as fronteiras entre o público e o privado, reivindicando a democratização do espaço doméstico como dimensão da emancipação feminina.

Esse debate reaparece em outra reportagem intitulada “Trabalho doméstico, função de todos”, no número 7 do jornal *Mulherio*, publicado no ano de 1982. Na imagem 3 se lê:

Imagen 3 – Trabalho doméstico, função de todos

**Trabalho doméstico, função de todos**

Uma forma peculiar de democratização dos encargos domésticos vem sendo vivida, há quatro anos, por uma família paulistana. No apartamento de um conjunto habitacional da Vila Madalena, bairro de classe média, todos trabalham. Ana, 14 anos, Lia, 12, Ruth, 11 e Raquel, 10, e seus pais, Raimundo e Sizue, parecem ter superado o velho princípio de atribuir apenas à mulher, à mãe, a tarefa de cuidar da casa. Curiosamente, tudo ocorreu a partir de uma decisão sugerida e assumida pelas crianças que, com isso, provocaram uma "revolução" na família.

As crianças provocaram uma "revolução" na família

Fonte: Mulherio, 1981, n° 1, p. 15

A fonte relata a experiência de uma família paulistana de classe média que decidiu dividir as tarefas domésticas entre todos os membros da casa – pai, mãe e filhos. A mudança surgiu de uma sugestão das próprias crianças e rompeu com o padrão tradicional que atribuía exclusivamente à mãe as responsabilidades do lar.

Essa experiência se torna significativa porque questiona a naturalização do trabalho doméstico como obrigação exclusiva da mãe, apontando para a possibilidade de sua democratização dentro da vida familiar, por isso tornou-se notícia no jornal. Como observa Sousa e Guedes (2016, p. 125) “histórica e culturalmente, especialmente dentro da sociedade capitalista, sempre coube à mulher a responsabilidade pelos cuidados com a casa e a família, [...], com base no discurso vivo até hoje, da naturalidade feminina para o cuidado”.

Em outro trecho da mesma matéria, a experiência da família entrevistada é retomada a partir da fala de Ruth, uma das filhas que observa: “No trabalho diário de uma casa quase tudo que se faz torna-se invisível e, diante dessa constatação, se todos fazem todas as tarefas, saberão o quanto demora e como se pode fazer bem feito um trabalho” (Mulherio, 1981, n°1, p.15).

A reflexão da menina evidencia o caráter invisível e desvalorizado do trabalho doméstico, que historicamente, foi naturalizado como obrigação feminina. Ao defender a divisão igualitária das tarefas, Ruth sugere que a participação de todos é também uma forma de reconhecimento, já que torna perceptível o tempo e o esforço despendidos nessas atividades.

Ainda na mesma reportagem, podemos observar como a avaliação da experiência de redistribuição do trabalho doméstico é percebida de forma diferente por cada membro da família:

Raimundo, trabalhando dez horas diárias no movimento, tem mais duas horas de tarefas em casa, e admite ter sido obrigado a “racionalizar o tempo”. Mesmo assim, ele acha que a experiência tem sido boa, e garante: “É impossível querer democratizar a vida familiar sem conhecer e participar dessa engrenagem. Isso me ajuda muito no relacionamento com as crianças”.

O novo esquema deixou Sizue mais liberada para projetos pessoais e menos preocupada com a administração da casa. Mas sobretudo significou “uma possibilidade de passarmos juntos por esse processo de readaptação. Fico contente ao sentir que hoje estamos todos no mesmo barco”.

Esse novo barco trouxe, para as meninas, a convivência mais estreita com os pais. Ana diz que sentiam falta disso. “A gente quase não saía juntos. De vez em quando o Raimundo nos convidava para ‘ver greve’. Ou então nos levava à Cidade das Crianças e dizia: ‘na volta pego vocês’. Hoje a saída semanal da família está assegurada e ninguém abre mão disso.” (Mulherio, 1981, nº1, p.15).

Raimundo, ao conciliar uma jornada de trabalho de cerca de dez horas no trabalho assalariado com duas horas de tarefas no lar, reconheceu a necessidade de “racionalizar o tempo” e constatou que é “impossível querer democratizar a vida familiar sem conhecer e participar desta engrenagem”. Sua fala explicita a sobrecarga que historicamente recaiu sobre as mulheres e que, para ele na condição de homem, se tornou visível quando compartilhada.

Para Sizue, a mudança significou maior liberdade para investir em projetos pessoais, rompendo com a naturalização do papel feminino como exclusiva administradora da casa. Já para as filhas, o novo arranjo representou maior convivência e fortalecimento dos vínculos familiares. Observamos um contraste entre os depoimentos de Raimundo e Sizue, evidenciando que a partilha das tarefas produz efeitos distintos e complementares: para os homens, o reconhecimento do peso do trabalho doméstico, e para as mulheres, a conquista de maior autonomia.

Enquanto a charge de 1981 ironiza a naturalização das tarefas domésticas como “obrigações femininas”, esta matéria apresenta uma experiência concreta de redistribuição igualitária dos encargos familiares. Com isso, o jornal evidencia que o trabalho doméstico deveria ser compreendido como função coletiva e não como imposição específica para um gênero.

### **3 “A IDEOLOGIA DOMINANTE NOS FAZIA CRER QUE A MATERNIDADE ERA FONTE INEQUÍVOCA DE ALEGRIAS”: MATERNIDADE E DUPLA JORNADA DE TRABALHO**

Nos anos 1980, as mulheres já enfrentavam a chamada “dupla jornada de trabalho”: o trabalho remunerado no espaço privado e as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos dentro de casa.

No jornal, a maternidade era abordada de forma crítica, muitas vezes descontruindo a ideia da missão sublime e natural de que ser mãe era um destino obrigatório para as mulheres, como destaca o seguinte trecho da matéria:

Até pouco tempo atrás, a ideologia dominante nos fazia crer que a maternidade era fonte inequívoca de alegrias. E que as mulheres eram naturalmente dotadas das qualidades necessárias ao cuidado das crianças, concebido como sua função suprema na sociedade. Não só isso, mas a ideia do amor materno tinha um caráter único entre os afetos humanos: independente de qualquer escolha ou de qualquer condição externa, incondicional, profundo, constante e interminável. A própria vontade de ter filhos era elevada à categoria de instinto biológico inelutável. (Mulherio, ano 1, 1981, p. 8).

O trecho acima denuncia a construção ideológica da maternidade como destino natural das mulheres. Ao apontar que a sociedade associava a maternidade a uma “fonte inequívoca de alegrias” e à ideia de “Instinto biológico inelutável”, o jornal evidencia como se consolidou um discurso que retirava das mulheres a possibilidade de escolha, apresentando o cuidado com os filhos como função suprema e inevitável. Nesse sentido, ainda na mesma matéria tem-se que:

As pesquisas mostram que desde 1950 tem aumentado a cada dia o número de famílias chefiadas por mulheres, que constituem uma parcela considerável dos estratos mais pobres da população. Condenadas à pobreza e ao subemprego por condições estruturais, essas mulheres arcaram não só com a dupla jornada de trabalho, mas também com uma dupla carga de culpa, ao ignorarem os fatores objetivos responsáveis por suas insuficiências tanto no cuidado das

crianças quanto no garantir condições razoáveis de vida. (Mulherio, ano1, 1981, p.8).

O *Mulherio* evidenciava que para muitas mulheres, principalmente aquelas que chefiavam famílias nos estratos mais pobres, a sobrecarga não se restringia à dupla jornada de trabalho, mas também a uma dupla carga de culpa que recaia sobre essas mulheres: por um lado, sentem-se insuficientes no cuidado com os filhos, em razão das exigências do trabalho remunerado, e por outro, responsabilizam-se por não garantir melhores condições materiais de vida, ignorando que tais limitações decorrem de desigualdades sociais mais amplas como a ausência de políticas públicas de apoio à maternidade e a precariedade do mercado de trabalho feminino.

Dessa forma, o trecho do *Mulherio* revela como, além da sobrecarga prática da dupla jornada, havia também um peso simbólico e emocional, em que a culpa era internalizada e reforçava a naturalização da exploração das mulheres, deslocando responsabilidades coletivas e estruturais para o âmbito individual.

#### Imagen 4 – Limitações da dupla jornada



**Fonte:** Mulherio, 1987, nº 33, p. 6

A imagem traz o registro do Encontro Internacional contra a Discriminação das mulheres, realizado no Brasil nos anos 1980, em que feministas nacionais e estrangeiras se reuniram para cobrar o cumprimento da Proclamação Universal dos Direitos da Mulher, instituída pela ONU. No destaque, lê-se que uma das mesas de

debate se dedicou especificamente a discutir as limitações da dupla jornada de trabalho, evidenciando a centralidade dessa pauta na agenda feminista do período.

A fotografia mostra uma mesa composta por mulheres militantes, reforçando a dimensão coletiva e internacional da luta, em que a condição feminina no Brasil era situada em diálogo com movimentos globais, revelando como essa não era apenas uma questão doméstica ou restrita ao âmbito privado, mas sim uma problemática política e estrutural que afeta mulheres em diferentes sociedades, ainda que de forma desigual.

A reportagem publicada no *Mulherio* por ocasião do Encontro Internacional Contra a Discriminação das Mulheres (outubro de 1987), destacou a persistência da sobrecarga feminina ao denunciar que o trabalho continuava sendo um “fardo” para as mulheres, já que elas acumulavam o emprego assalariado e as tarefas domésticas como mostra o trecho a seguir: “TRABALHO: UM FARDO”. A dupla jornada de trabalho enfrentada pelas mulheres suscitou a discussão de outro tópico relacionado: as creches. (*Mulherio*, ano 7, 1987, p.6)

Ainda em outro trecho da mesma matéria:

A mulher brasileira tem uma série de características, bem diferente do “bonita e gostosa” tão decantado. Além de cumprir dupla jornada de trabalho, tem salário inferior ao do homem e, na maioria das vezes, não possui carteira profissional assinada, sem falar da falta de creches. (*Mulherio*, ano 7, 1987. p.6).

As mulheres mesmo inseridas no espaço assalariado, continuavam responsáveis pelas tarefas do cuidado da casa e dos filhos, acumulando um fardo que não era socialmente compartilhado. Essa discussão na ocasião do Congresso em questão, levou à defesa de um tema recorrente nas lutas feministas do período da redemocratização: a reivindicação por creches públicas.

A crítica presente no periódico demonstra que a ausência de políticas de cuidado infantil impunha às mães trabalhadoras uma sobrecarga insustentável, obrigando-as a conciliar emprego com a maternidade sem condições adequadas. Aqui notamos também a desigualdade de gênero.

Ao se analisar historicamente a maternidade, demonstra que o amor materno não constitui uma essência natural, mas um sentido socialmente condicionado. Como observa Badinter, “o amor materno não é inerente às mulheres. É adicional” (Badinter,

1985, p.266), evidenciando que tal vínculo não decorre de uma determinação biológica universal, mas sim de construções culturais e históricas.

Nesse sentido, o mito do amor materno foi mobilizado como instrumento ideológico, funcionando para restringir a liberdade feminina ao papel reprodutivo, naturalizando a ideia de que a mulher deveria encontrar sua realização exclusiva na maternidade. Ao reduzir a identidade feminina à sua função biológica, esse discurso nega às mulheres a possibilidade de se reconstituírem como sujeitas plenas, dotadas de desejos, ambições e projetos próprios para além do cuidado.

#### **4 “SE ALGUÉM ME PERGUNTAR O QUE É CRECHE EU NÃO SEI”: CRECHES E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Em 1981, no início do processo de redemocratização do Brasil, ainda sob os resquícios da Ditadura Empresarial-Militar<sup>1</sup>, expressão utilizada por Dreifuss (1981) para caracterizar a aliança entre Forças armadas e elites empresariais na condução do regime instaurado em 1964. Esse período foi marcado por forte mobilização dos movimentos sociais e feministas em torno da ampliação de direitos sociais, entre eles, o acesso à educação infantil e ao cuidado institucionalizado para crianças pequenas.

Uma das principais reivindicações das mulheres<sup>2</sup>, especialmente das mães trabalhadoras, dizia respeito à ampliação e à qualificação das creches como política pública essencial para a conciliação entre maternidade e trabalho remunerado. A luta por creches públicas, gratuitas e de qualidade não era apenas uma questão assistencial, mas política: tratava-se do reconhecimento do cuidado infantil como uma responsabilidade coletiva, e não apenas privada ou feminina.

No Brasil dos anos 1980, apesar do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, a responsabilidade pelo cuidado dos filhos pequenos continuava sendo atribuída quase exclusivamente às mães. A sociedade naturalizava essa sobrecarga, o que levava muitas mulheres trabalhadoras a enfrentarem não apenas

---

<sup>1</sup> O conceito é desenvolvido por René Armand Dreifuss em 1964: *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe* (Petrópolis: Vozes, 1981). O autor demonstra como a ditadura resultou da articulação entre militares, empresários nacionais e transnacionais e o governo norte-americano, configurando em um Estado voltado à repressão política e à garantia dos interesses do grande capital.

<sup>2</sup> Direito à creche em São Paulo: uma luta feminina. Acervo Folha, São Paulo, 3 mar. 2017. Disponível em: <https://acervofolha.blogfolha.uol.com.br/2017/03/03/direito-a-creche-em-sao-paulo-uma-luta-feminina/>. Acesso em: 31 ago. 2025

dificuldades práticas, como a falta de serviços públicos de apoio, mas também o sentimento de culpa por "delegarem" a outros a tarefa de cuidar dos filhos.

Essa percepção aparece com clareza na matéria "Quem pariu Mateus que o embale", publicada no *Mulherio*, ao afirmar que "cuidar, proteger e educar a criança pequena é tido como um problema da mãe, e só da mãe" (Mulherio, 1981, p.9). Ainda na matéria:

"Quem pariu Mateus que o embale" não deixa dúvida: cuidar, proteger e educar a criança pequena é tido como um problema da mãe, e só da mãe. Esse comportamento está de tal forma enraizado na sociedade e nas próprias mulheres, individualmente que a mãe que trabalha fora acaba se vendo num verdadeiro beco sem saída. Delegar a outros a "sagrada" tarefa de cuidar dos filhos não traz só problemas práticos. Além das despesas e das preocupações extras, provoca um profundo sentimento de culpa em relação ao filho. Afinal, o modelo recebido na família não previa a transferência das funções de mãe para outras pessoas. Mas, enquanto a maioria reage solitariamente a essa questão, algumas mulheres estão dando o salto. Estão repensando coletivamente a criação dos filhos. Neste número, procuramos participar desta luta. Trazer experiência e caminhos alternativos que tentam romper esse beco sem saída. Discutir a educação do filho não mais como um assunto privativo de cada mulher, mas como um problema da coletividade, que está exigindo soluções mais satisfatória que as atuais. Nesses depoimentos surgem as esperanças e as frentes de luta, seja dentro da família na discussão da maternidade vivida sem partilha ou na concretização de formas coletivas de guarda e proteção das crianças. (Mulherio, ano 1, n 4. 1981, p.9).

O trecho revela que essa lógica não apenas era reforçada socialmente, mas muitas vezes subjetivada pelas próprias mulheres, que muitas vezes se viam sem uma alternativa. No entanto, a matéria também aponta para a emergência de um movimento de ruptura, quando afirma que "algumas mulheres estão dando o salto", repensando coletivamente a criação dos filhos e denunciando a maternidade vivida sem partilha.

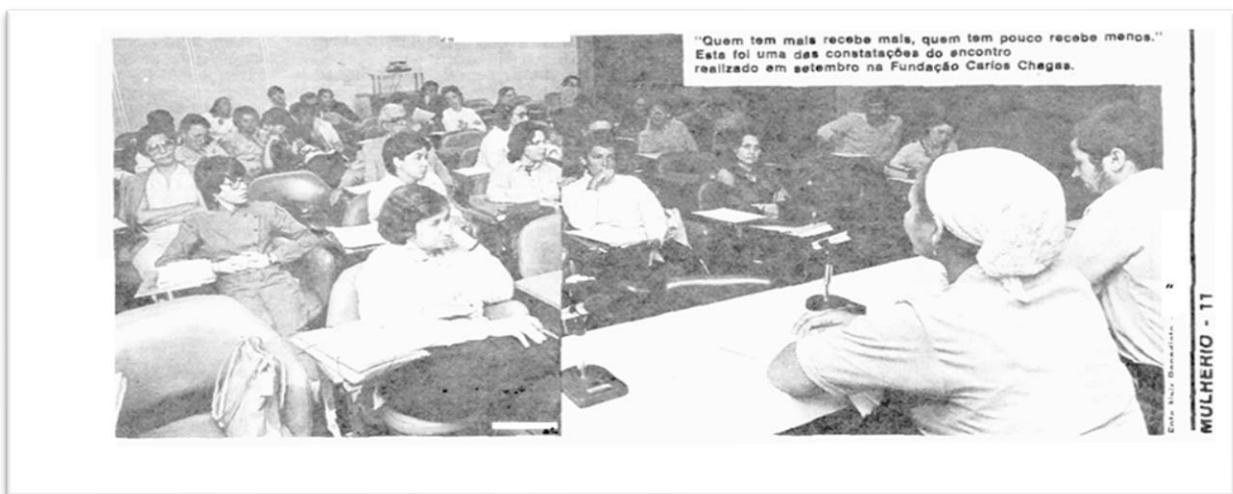
Neste número do jornal (1981, n°4, p.11), as mulheres participaram ativamente da luta por creches, apresentando caminhos e experiências alternativas tentando romper com esse "beco sem saída". A discussão sobre a educação dos filhos passou a ser compreendida não mais como uma responsabilidade de cada mulher, mas como uma questão coletiva, que demandavam soluções mais amplas e eficazes do que aquelas oferecidas do período em questão.

A reivindicação por creches públicas, nesse contexto, surge como uma demanda política fundamental, na medida em que propõe a socialização do cuidado

infantil como responsabilidade coletiva do Estado e da sociedade, e não como um fardo exclusivamente materno.

A imagem 5 registra o Primeiro Encontro Nacional sobre Creches, realizado na Fundação Carlos Chagas, no qual diversas mulheres participam de uma discussão coletiva sobre a questão das creches e das desigualdades no acesso a esses serviços. Na imagem, observa-se um grupo de mulheres e alguns homens sentados em uma sala, atentos, o que evidencia um ambiente de debate e reflexão política.

**Imagen 5 – I Encontro Nacional sobre Creches**



**Fonte:** Mulherio, 1981, n° 4, p. 11.

A reivindicação por creches públicas no Brasil, no contexto dos anos finais da ditadura empresarial-militar, representou uma das expressões mais concretas da luta das mulheres por direitos sociais. As matérias e imagens do jornal *Mulherio* (1981) mostram que essa demanda não nasceu de uma concessão do Estado, mas da mobilização feminista e popular, que transformou o cuidado infantil em pauta política.

A matéria intitulada “Uma terra de ninguém que pode ser de todos” registra um encontro de mulheres para discutir a questão das creches públicas, evidenciando a tentativa de retirar o tema da esfera privada e doméstica e colocá-lo no campo das políticas públicas. Desse modo, as mulheres começaram a enxergar a maternidade como questão social, e não mais apenas como responsabilidade exclusiva delas: “A maternidade é uma função social, interessa a toda sociedade que deve estar preparada política e afetivamente para receber, cuidar, educar e socializar as crianças pequenas.” (Teles, 2018, p.23).

O título, ao evocar uma “terra de ninguém”, sintetiza a situação de complexidade das creches no início dos anos 1980, um espaço ainda sem definição institucional, ora tratado como assistência, ora relegado à esfera doméstica, nunca plenamente reconhecido como direito social e político, como podemos observar no trecho da mesma matéria a seguir:

“Teoricamente, a creche é a solução ideal para as mães que trabalham. E na prática, ela está satisfazendo essa necessidade? No Brasil, mais do que a pré-escola, a creche é uma espécie de terra de ninguém. Uma instituição onde nenhum órgão em particular está definido como principal responsável. Se por um lado isso demonstra a falta de empenho do governo em resolver o problema, por outro abre uma série de perspectivas novas. A ausência de uma centralização rígida permite uma grande variedade de arranjos, de modo que iniciativas comunitárias estão coexistindo com outras de empresas, instituições de caridade, órgão oficiais etc.” (Mulherio, 1981, p11.)

Esse trecho evidencia a crítica das feministas à omissão do Estado, que se eximia de sua responsabilidade ao não definir a creche como uma política pública de caráter universal. No entanto, a pauta das creches já vinha ganhando força desde o final da década de 1970, com a formação do Movimento de Luta por Creche, articulado no I Congresso da Mulher Paulista, em 1979. Conforme destaca Maria Amélia de Almeida Teles (1993, p.103), foi “nesse evento que se consolidou uma mobilização abrangente, reunindo bairros, sindicatos e grupos feministas, e em que a creche apareceu como a reivindicação mais elaborada e eleita como principal”.

Na página seguinte do mesmo número do Jornal (nº4), a mesma pauta (creches) reaparece. Na reportagem intitulada “A lei existe. Mas, ora, a lei”, explica que desde a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), já havia dispositivo legal que obrigava as empresas com mais de 30 mulheres empregadas a manter creches ou convênios com instituições que cuidassem dos filhos das trabalhadoras durante o período de amamentação, conforme Maria Amélia Teles (2015).

A matéria relata que as empresas ignoravam a norma e que a própria fiscalização era falha, o que deixava as mulheres sem alternativa, ou levavam as crianças ao trabalho ou as deixavam sozinhas, conforme o trecho revela: “Compreendemos porque muitas crianças são amarradas aos pés das camas por horas e horas enquanto as mães saem em busca de sustento.” (Mulherio, 1981)

Contudo, o título já antecipa o tom crítico: “A lei existe. Mas ora, a lei”. A ironia explicita a ineficácia da legislação, mostrando que a existência da lei não garantia sua aplicação, revelando um abismo entre o direito formal e a realidade social.

Desse modo, fica evidente que, embora o direito à creche já tivesse previsto no art. 389 da Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 (CLT), ele estava restrito às trabalhadoras formais urbanas, excluindo empregadas domésticas e, sobretudo rurais, como retrata o subtítulo da reportagem: “Excluídos até da proteção da lei, os filhos das trabalhadoras rurais perambulam pela roça ou pelas ruas do vilarejo enquanto as mães pegam na enxada durante dez horas ou mais” (Mulherio, 1981).

A imagem 6 mostra crianças pequenas em um espaço rural, agrupadas observando o campo onde mulheres trabalham. Essa cena sintetiza a exclusão histórica das mulheres trabalhadoras rurais das políticas voltadas à infância e ao cuidado.

**Imagen 6 – Excluídos da proteção da lei**

## “Se alguém me perguntar o que é creche, eu não sei”

Excluídos até da proteção da lei, os filhos das trabalhadoras rurais perambulam pela roça ou pelas ruas do vilarejo enquanto as mães pegam na enxada durante dez horas ou mais. Margarida Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, faz um dramático retrato dessa situação.



**Fonte:** Mulherio, 1981, nº4, p.12.

O título “Se alguém me perguntar o que é creche, eu não sei”, funciona como uma denúncia simbólica da desigualdade de acesso entre o campo e a cidade,

mostrando que o direito à creche, previsto em lei, não se efetivava para grande parte da população brasileira.

Visualmente, a imagem revela a negligência do Estado em políticas públicas que beneficiassem as mães trabalhadoras rurais. O trecho do depoimento de Neuza Nogueira, diretora do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, na mesma matéria, comprova a ineficácia da lei: “A lei não atende às nossas necessidades, dentre outros motivos porque não respondem à seguinte pergunta: O que faremos com nossos filhos quando não mais se alimentarem ao peito?” (Mulherio, 1981). Observa-se que a lei é inacabada, como se a criança a partir dos seis meses fosse capaz de se cuidar sozinha.

A reportagem se refere diretamente ao artigo 389 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943), que previa: Os estabelecimentos que empregarem, em número superior a trinta, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação. No entanto, a fiscalização era precária e o cumprimento quase nulo, como o Mulherio denuncia: “A legislação é tachada de omissa, acanhada e falha em vários pontos” (Mulherio, 1981).

O movimento feminista e operário foram fundamentais para pautar a luta pelo direito à creche no Brasil. Ao denunciar o descumprimento da legislação, a precarização da vida das mulheres trabalhadoras, sobretudo as rurais, e a ausência de políticas públicas voltadas à infância e a omissão do Estado, fica evidente que essa articulação do movimento feminista possibilitou a transformação de uma demanda social em direito constitucional, garantindo às crianças, às mães e aos pais o acesso à educação infantil.

Desse modo, as conquistas inscritas na Constituição de 1988 que reconhecem a creche como direito da criança e dos trabalhadores urbanos e rurais são resultados das lutas das mulheres e das classes trabalhadoras, que desafiaram o modelo excluente do governo vigente naquele período.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada neste artigo, buscou-se compreender como o jornal Mulherio (1981-1988) contribuiu para o debate sobre maternidade e trabalho feminino durante o processo de redemocratização no Brasil. A análise das reportagens, imagens e depoimentos publicados revelou que o periódico constituiu um importante

espaço de reflexão e resistência feminina, articulando pautas que questionavam a naturalização da maternidade, a invisibilidade do trabalho doméstico e a ausência de políticas públicas voltadas às mulheres trabalhadoras.

Verificou-se que as matérias do *Mulherio* desafiavam a ideologia patriarcal que associava o feminino ao cuidado e a esfera privada. As discussões sobre a divisão sexual do trabalho e a dupla jornada denunciavam as desigualdades impostas às mulheres e reivindicavam a redistribuição das tarefas entre homens e mulheres, além da socialização do cuidado como responsabilidade coletiva. Ao problematizar a idealização da maternidade e o mito do amor materno, o jornal desconstruiu a visão de que ser mãe seria um destino natural e exclusivo das mulheres, revelando os efeitos sociais e emocionais dessa construção.

De igual modo, a análise sobre creches e políticas públicas evidenciou o protagonismo feminino na luta por direitos sociais, comprovando que o acesso à educação infantil era uma das pautas centrais do movimento feminista, as quais foram fundamentais para a emancipação das mulheres e para o reconhecimento da maternidade como questão social. A luta por creches públicas como espaços educacionais, discutida nas páginas do jornal, antecipou debates que terminariam na Constituição de 1988, que reconheceu a creche como um direito da criança e dever do estado.

Dessa forma a análise do *Mulherio*, permite afirmar que o jornal não apenas noticiou, mas também produziu pensamento político sobre a condição feminina no Brasil da década de 1980. Portanto, concluímos que o *Mulherio* foi um instrumento de conscientização e transformação social no período em questão, apesar das desigualdades sociais e de gênero, a sobrecarga da dupla jornada e a insuficiência de políticas públicas de cuidado, ainda são desafios para as mulheres brasileiras contemporâneas.

## REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: **o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir+ Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985.

BADINTER, Elisabeth. O conflito: **a mulher e a mãe**. Tradução de Vera Lúcia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 11. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DIREITO à creche em São Paulo: **uma luta feminina**. Acervo Folha, São Paulo, 3 mar. 2017. Disponível em:  
<https://acervofolha.blogfolha.uol.com.br/2017/03/03/direito-a-creche-em-sao-paulo-uma-luta-feminina/> . Acesso em: 31 ago. 2025

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FINCO, Daniela; GOBBI, Márcia Aparecida; FARIA, Ana Lúcia Goulart de (orgs.). **Creche e Feminismo**: desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas: Edições Leitura Crítica, 2015.

GIULAN, Paola Cappellin. **Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira**. In: DELPRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

HIRATA, Helena. **Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero**: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2009.

Jornal Mulherio, n°10, novembro/dezembro, 1982, p.6

Jornal mulherio, n°4, novembro/dezembro, 1981, p.11

Jornal mulherio, n°4, novembro/dezembro, 1981, p.11

Jornal mulherio, n°4, novembro/dezembro, 1981, p.12

Jornal mulherio, n°4, novembro/dezembro, 1981, p.12

Jornal mulherio, n°4, novembro/dezembro, 1981, p.12

Jornal Mulherio, n°33, outubro, 1987, p.6

Jornal Mulherio, n°33, outubro, 1987, p.6

Jornal Mulherio, n°33, outubro, 1987, p.6

Jornal Mulherio, n°0, março/abril, 1981, p.1

Jornal Mulherio, n°0, março/abril, 1981, p.1

Jornal Mulherio, n°0, março/abril, 1981, p.1

Jornal Mulherio, n°1, maio/junho, 1981, p. 8

Jornal Mulherio, n°1, maio/junho, 1981, p. 15

Jornal Mulherio, n°1, maio/junho, 1981, p. 15

Jornal Mulherio, n°1, maio/junho, 1981, p. 15

Jornal Mulherio, n°4, novembro/dezembro, 1981, p.11

Jornal Mulherio, n°1, maio/junho, 1981,

Jornal Mulherio, nº 3, setembro/outubro, 1981, p.8

LUCCA, Tânia. **A história dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY; Carla Bassanezi. **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2008. p.111-153.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORI, Mary, (Org.). **História das Mulheres no Brasil.** 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 484 – 507.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil:** do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SAFFIOTI, Heleith I. B. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleith. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleith I. B. **A mulher na sociedade de classe:** mito e realidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

SCOTT, Joan. **GÊNERO: Uma categoria útil de análise histórica.** Revista Educação e Realidade, jul/dez. 1995, 20 (2): 71- 99.

SOUSA, L. P. D., & GUEDES, D. R. (2016). **A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década.** *Estudos Avançados*, 30(87), 123-139. <https://revistas.usp.br/eav/article/view/119119>

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do feminismo no Brasil.** 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.